



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL



192

Embargos de Declaração nº 110190-4/03

Comarca: Recife

Embargante: Estado de Pernambuco

Embargado: Wagner Alves de Macena

Relator: José Ivo de Paula Guimarães

5527

EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM APELAÇÃO CÍVEL. AUSÊNCIA DAS HIPÓTESES DE CABIMENTO DISPOSTAS NO ART. 535 DO CPC. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DISCUTIDA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS. PREQUESTIONAMENTO SÚMULAS 282, 356 DO STF. DECISÃO UNÂNIME.

1 - Os embargos de declaração constituem recurso de extremados requisitos objetivos, conforme normatização imersa no artigo 535 do Código de Processo Civil, exigindo-se, para seu acolhimento, que estejam presentes os pressupostos legais de cabimento.

2 - A matéria posta em debate, conforme se mencionou explicitamente no aresto embargado, já foi objeto de sentença, embora de maneira desfavorável à parte, ora embargante, que de forma reiterada, trouxe questões nitidamente alheias às hipóteses elencadas no art. 535 do CPC, com o propósito de reativar a discussão sobre matéria já decidida.

3 - Afastadas as situações em que se fincam os presentes embargos de declaração, persiste apenas o intuito expresso de que o seu manejo objetiva prequestionar a matéria legal, para ensejar a interposição dos recursos previstos na Carta Magna e mesmo diante de tal revelação, renovo o entendimento de que as figuras expressas no art. 535, do CPC, não se acham refletidas sobre o acórdão embargado.

09 -ED 110190-4/03

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL



193

4 - Aclaratórios conhecidos somente para efeito de prequestionamento do art. 264 do CPC e do princípio do juiz natural. (Sumulas 282, 356 do STF e 98 do STJ).

5 - Embargos de Declaração rejeitados.

6 - Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 110190-4/03, sendo embargante o Estado de Pernambuco e embargado Wagner Alves de Macena.

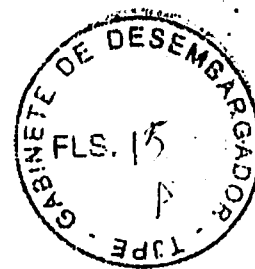
Acordam os Desembargadores que integram a Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em conhecer dos aclaratórios tão somente para fins do prequestionamento da matéria veiculada e, no mais, negar-lhes provimento. Tudo em conformidade com o relatório e o voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 04 de fevereiro de 2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator

09 -ED 110190-4/03

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº 0110190-4/03
Embargante: Estado de Pernambuco
Embargado: Wagner Alves de Macena.

RELATÓRIO

O inconformismo do recorrente reside contra acórdão lavrado nos autos do recurso de agravo que, sob a óptica do embargante, incorreu em omissão e contradição ao negar-lhe provimento, tendo-se em vista a prolação de sentença e conseqüente perda de seu objeto, restando impossibilitada a apreciação do mérito.

Alega o recorrente, em breve síntese, que o aresto embargado incorreu em contradição e omissão, considerando que a extemporaneidade e a inadmissibilidade do litisconsórcio ativo, aduzidas pelo Estado, não são matéria de mérito, as quais contrariam o disposto no art. 264 do CPC e o princípio do juiz natural, razão pela qual não teria se esvaído o objeto do agravo.

Requer, ao final, sejam acolhidos os presentes embargos declaratórios, dando-lhe regular processamento, para sanar a omissão e contradição existentes, prequestionando a matéria versada nos autos.

É o relatório.

Recife, 21/01/2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL



Embargos de Declaração nº 0110190-4/03
Embargante: Estado de Pernambuco
Embargado: Wagner Alves de Macena.

VOTO

O inconformismo do recorrente reside contra acórdão lavrado nos autos do recurso de agravo que, sob a óptica do embargante, incorreu em omissão e contradição ao negar-lhe provimento, tendo-se em vista a prolação de sentença e conseqüente perda de seu objeto, restando impossibilitada a apreciação do mérito.

Em que pese os argumentos expostos, verifico que não assiste razão ao Embargante.

É sabido que os Embargos de Declaração são cabíveis quando houver na decisão embargada, obscuridade, contradição ou for omitido ponto sobre o qual o juiz ou tribunal devia pronunciar-se (Incisos I e II, do art. 535, do CPC), e, em face de construção jurisprudencial, admissível em decisão em sentido amplo.

Em regra, não possuem os Embargos de Declaração, caráter substitutivo ou modificativo do julgado embargado, tendo, na verdade, um alcance muito mais integrativo ou esclarecedor. Assim, visa-se com tal instrumento recursal, buscar uma declaração judicial que àquele se integre de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação.

No presente caso, todavia, não vislumbro qualquer obscuridade, contradição ou omissão a macular a decisão embargada, devendo, portanto, manter-se íntegro pelos seus próprios fundamentos.

A alegação de que não houve menção no julgado concernente aos argumentos ou dispositivos levantados pelo Embargante, tenho que não merece respaldo, uma vez que o Julgador não está obrigado a tecer considerações a respeito de todas as regras jurídicas, pontos e argumentos invocados pelas partes, mas a julgar a questão posta em exame de acordo com as provas produzidas nos autos, enfocando aspectos pertinentes ao tema e a legislação que entender aplicável ao caso concreto, sobretudo, em



196

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

casos como tais em que houve perda superveniente do objeto recursal.

O simples descontentamento da parte com o julgado não tem o condão de tornar cabíveis os embargos de declaração, visando modificação do julgado, excepcionalmente, admitida pelo ordenamento processual.

A matéria posta em debate, conforme se mencionou explicitamente no aresto embargado, já foi objeto de sentença, embora de maneira desfavorável à parte, ora embargante, que de forma reiterada, trouxe questões nitidamente alheias às hipóteses elencadas no art. 535 do CPC, com o propósito de reativar a discussão sobre matéria já decidida.

Se porventura almeja o embargante modificar o aresto hostilizado, pretendendo que lhe seja conferida solução diversa, este poderá se valer de outros instrumentos legais postos à sua disposição, não encontrando amparo o reexame ora postulado, em sede de embargos de declaração.

Afastadas as situações em que se fincam os presentes embargos de declaração, persiste apenas o intuito expresso de que o seu manejo objetiva prequestionar a matéria legal, para ensejar a interposição dos recursos previstos na Carta Magna e mesmo diante de tal revelação, renovo o entendimento de que as figuras expressas no art. 535, do CPC, não se acham refletidas sobre o acórdão embargado.

Sob tais argumentos, conheço os presentes aclaratórios para fins de prequestionamento do disposto nos art. 264 do CPC, e do princípio do juiz natural, porém, cuido em rejeitá-los pelos fundamentos aduzidos.

É como voto.

Recife, 21/01/2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator